

Nem PMDB leva a sério promessas de expulsão

O secretário-geral do PMDB, ex-deputado Tarcísio Delgado, já comunicou a vários dos seus correigionários que vai assumir a responsabilidade de propor, perante a Executiva Nacional, a instauração de processos de expulsão contra peemedebistas que venham a apoiar publicamente candidatos de outros partidos, permanecendo no PMDB. A vice-governadora Júnia Marise, de Minas Gerais, e os deputados Maurílio Ferreira Lima (PE) e Oswaldo Lima Filho, são os primeiros alvos.

O líder da bancada do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro, não acredita na via punitiva para unir o partido em torno de seu candidato. "O andar da carruagem vai acabar arrumando todas as melancias. Todo mundo vai concluir que a melhor alternativa, em matéria de sucessão, é o deputado Ulysses Guimarães, penhor contra os aventureiros. Eu, de minha parte, não acredito em expedições punitivas", acentuou o deputado gaúcho.

RITUAL

Em amplos setores do partido não se acredita que processos de expulsão venham a ter efeito contra qualquer filiado importante que tenha aderido a candidato de outro partido. O próprio presidente do Conselho de Ética do PMDB, senador Wilson Barbosa Martins, reconhece que não há tradição de fidelidade em nossos partidos ("nin-

guém tem amor a siglas"), mas também não existe o costume de se punir os infiéis.

"Temos a lei", advertiu Martins, que é, de profissão, advogado — mas não temos o costume para amparar a sua aplicação. Assim, não acredito que esses processos cheguem a resultar em algo concreto.

Apesar disso, o senador pelo Mato Grosso do Sul reconhece que "se há uma decisão partidária para fazer campanha em favor de sicrano, o militante não pode fazer campanha por beltrano. Os que defendem a aplicação da lei estão teoricamente certos, mas o que há é que não estamos habituados à fidelidade partidária", comentou o senador.

Não obstante, o presidente do Conselho de Ética do PMDB avisa que uma ação contra os infiéis teria base nos estatutos do partido. Aqueles no artigo 2º, item 8º, estabelece como obrigações de todos os militantes: "Cumprir as decisões, diretrizes e recomendações dos órgãos partidários". Bastaria esse dispositivo para basear representação de qualquer filiado contra militante que desrespeitou a decisão partidária.

O Código de Ética do PMDB foi aprovado em Convenção Nacional do partido e publicado no **Diário Oficial** da União no dia 5 de junho de 1981. Trata-se, portanto, de documento ainda elaborado e aprovado em plena vigência do autori-

tarismo. A esmagadora maioria dos parlamentares não acredita que qualquer ação punitiva venha a ter sucesso.

O líder da bancada do PMDB acredita que os descontentes com a escolha de Ulysses acabarão se convencendo de que ele é a melhor alternativa de candidato para o partido.

"Eu venho dizendo que, com o andar da carruagem, as melancias acabam se arrumando", afirma Ibsen Pinheiro, negando-se a apoiar "qualquer ação punitiva", por não se coadunar com a tradição brasileira.

O deputado federal Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) reagiu ontem à intenção manifestada pelo líder do Partido no Senado, Ronan Tito, de expulsar todos os peemedebistas que não estejam apoiando a candidatura de Ulysses Guimarães à Presidência da República. Maurílio, que desde dezembro decidiu se engajar na campanha do candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou em nota oficial que vai à comissão de ética do partido defender sua opção na sucessão presidencial.

Maurílio disse que não pretende deixar o PMDB "Minha vida, minha história", e que não considera ter cometido nenhum erro ao optar por Lula. "Só não aceito que entre os meus julgadores estejam oportunistas que vieram da Arena, do PDS e do PFL", concluiu.